

Brasil carece de pesquisas para tratar o Parkinson

Países de baixa e média rendas possuem maior incidência de casos

/ SAÚDE

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

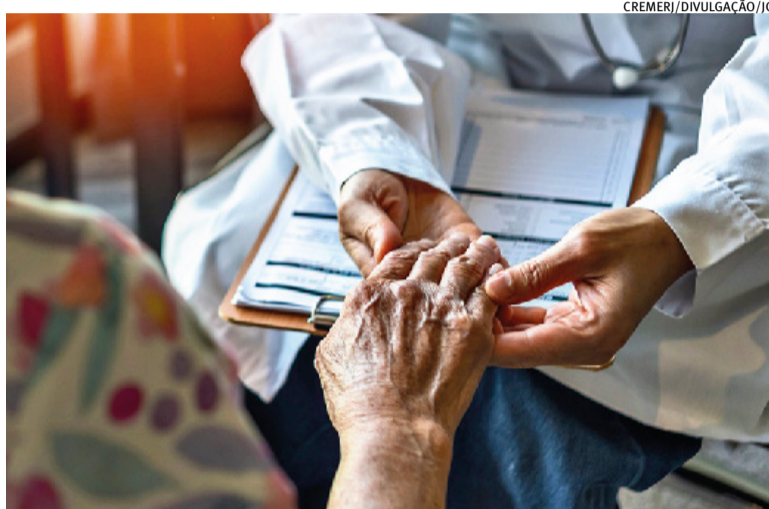
O combate às doenças degenerativas exige uma produção robusta de materiais teóricos que deem embasamento e repertório aos médicos especializados nos tratamentos. No caso da doença de Parkinson, este é um cenário que não se concretiza em países de baixa e média renda, que abrigam 44% dos acometidos, conforme um artigo de pesquisadores do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), publicado na revista *Nature Reviews Neurology*, do Reino Unido. Esse é o caso do Brasil, que se baseia em pesquisas de fora e carece de informação sobre as características de sua própria população.

O estudo tem como 1º autor o doutorando Daniel Teixeira e como autor sênior o professor Artur Schuh. Antes, em 2025, eles já haviam publicado o primeiro estudo brasileiro que identificou, em nível nacional, a prevalência de Parkinson no País, com a previsão de que os casos vão dobrar até 2050. Diante dessa urgência, apontam que as populações dos países menos desenvolvidos, assim como grupos étnicos e minorias em países de alta renda, seguem sub-representados.

O principal motivo para esse aumento previsto é o envelhecimento da população, explica Teixeira. E o grande gargalo é que não se consegue fazer política pública e caminhar para a resolução do problema sem um diagnóstico apropriado. “Os lugares que teoricamente a prevalência mais cresce são onde temos menos pesquisa, recursos e informação”, completa. Por outro lado, Estados Unidos e Europa são o epicentro de tudo isso.

O doutorando também relata que a doença de Parkinson tem fatores de risco ambientais como trabalhar com pesticidas, morar em ambiente rural, trabalhar com metais pesados e batidas na cabeça. Mas ele faz a ressalva de que só sabemos disso por conta do conhecimento norte-americano e europeu. “A gente importa muito o saber deles, que pode estar certo e ser aplicável para a nossa população, como pode não.”

Há, ainda, a questão do com-



Estudo aponta que o Brasil deve dobrar número de casos até 2050

ponente genético, cujo conhecimento do quanto ele causa o Parkinson também é importado. E vale destacar que a genética se porta de maneira diferente em cada população – negra, branca, indígena, coreana. Por fim, Teixeira cita teorias que podem estar ultrapassadas na ciência básica, como a de que a doença é mais comum em homens que em mulheres. “Isso hoje em dia tem sido debatido se é realmente verdade. Existem muitos estudos dizendo que talvez seja tão comum em ambos os gêneros”, acrescenta.

Na prática, no Estado, a situação para quem lida com a síndrome, de acordo com a psicóloga e presidente da Associação Parkinson do Rio Grande do Sul (Apars), Neusa Chardosim, ainda é distante do ideal, apesar de estar melhorando. Ela explica que pessoas de baixa renda e baixa escolaridade não são devidamente informadas nas consultas em postos de saúde. O que ocorre frequentemente, pelo relato dos associados, é apenas a prescrição do Prolopa, medicamento utilizado para o tratamento da doença. “Os pacientes chegam muitas vezes sem saber como é que eles vão tomar aquela medicação”, conta, sobre os diálogos na Apars.

Além disso, novas consultas para tratar de efeitos colaterais têm pouca disponibilidade. Assim como a cirurgia de Estimulação Cerebral Profunda (DBS, na sigla em inglês), que implanta eletrodos em áreas específicas do cérebro para modular atividades neurais, tratando tremores, rigidez e movimentos involuntários, que tem uma fila de espera de anos e, conforme o avanço da doença, se torna inviável para os pacientes.

Foi identificada, ainda, uma falha no cadastro dos pacientes no RS, que não estavam listados no tratamento de Parkinson, e uma incapacidade do poder público de prover o atendimento previsto em lei, observa Neusa. Em 2022, saiu a portaria 1.239 que estabelece as diretrizes da política estadual de atenção integral às pessoas com a doença de Parkinson no Estado, garantindo atendimentos de psicólogos, fisioterapeutas e fonoaudiólogos. No entanto, as filas de espera para conseguir esse acesso são extensas. “É complicado estabelecer uma lei em que você oferece, mas não tem profissionais suficientes para cumprir.”

Daniel Teixeira complementa que, nos EUA há uma lei que instituiu um comitê em nível nacional que avalia continuamente os problemas e propõe políticas que vão tentar ajudar a resolvê-los. Para tanto, foi preciso pressão à classe política para conseguir o financiamento necessário. “Trata-se de custo efetivo para o País. Se você fizer políticas voltadas para diminuir a dependência desses pacientes, diminuir fatores ambientais que aumentam o risco da doença e prover um cuidado melhor, isso se reflete na economia”, raciocina, sobre o impacto que teria uma medida dessas no Brasil.

Vários pacientes são acometidos pela doença em idade economicamente ativa. Mas, com um tratamento adequado, conseguem se manter operacionais. “Não é uma doença que você, assim que é diagnosticado, fica dependente. Muito pelo contrário, a maioria dos pacientes com um tratamento precoce mantém qualidade de vida e a funcionalidade”, reforça o pesquisador.

Medalha Alberto André homenageia 10 profissionais no Dia do Jornalista

/ IMPRENSA

Gabrieli Silva
gabrielis@jcrs.com.br

O Dia do Jornalista, 7 de abril, foi celebrado pela Associação Riograndense de Imprensa (ARI) com uma solenidade que reuniu profissionais da comunicação no auditório do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS).

A cerimônia marcou a entrega da Medalha Alberto André a 10 nomes da imprensa gaúcha, reconhecidos pelas suas trajetórias na imprensa.

O evento, realizado em parceria com o TJ-RS, também foi marcado pelo lançamento da 6ª edição do Prêmio Themis de Jornalismo.

Um dos homenageados com a Medalha Alberto André foi o jornalista Affonso Ritter, colunista do *Jornal do Comércio* há três décadas. Experiente, ele sintetizou o espírito da premiação ao refletir sobre as transformações da profissão.

“Mudam as ferramentas, os formatos, mas a responsabilidade segue intacta: informar com precisão. Contextualizar com honestidade.” A fala, aplaudida de pé pela plateia, reforçou o reconhecimento a profissionais que atravessaram mudanças tecnológicas sem abrir mão dos princípios do ofício.

O encontro reafirmou o jornalismo como pilar da democracia. Em um cenário de desinformação e disputa de narrativas, a homenagem destacou profissionais que construíram trajetórias ancoradas na credibilidade e no interesse público.

A abertura contou com a interpretação de “Alfonsina y el mar”, pelo músico Demetrio Xavier, em um momento sensível que antecedeu os discursos institucionais. A cerimônia foi conduzida pela cerimonialista Patrícia Cavalheiro.

Além de Ritter, foram agraciados Gustavo Mota, Ivani Schütz, Marta Gleich, Milton Jung Jr., Paulo Gilvane, Roberto Villar Belmonte, Rogério Amaral, Vanessa Costa e Vânia Speiorin.

Os medalhistas também foram destacados por suas contribuições em diferentes áreas da comunicação, em trajetórias marcadas pela leitura crítica da realidade e pelo compromisso com a informação qualificada.

Durante a cerimônia, o desembargador Túlio Martins ressaltou que uma sociedade democrática depende de uma imprensa livre e de uma opinião pública bem informada. O evento também trouxe um chamado ao engajamento em temas como o enfrentamento à violência contra a mulher – pauta desta edição do Prêmio Themis.

Uma das principais honrarias da imprensa gaúcha, a Medalha Alberto André carrega o nome de um dos grandes defensores da liberdade de expressão no Estado. Jornalista e advogado, ao longo de 34 anos Alberto André foi presidente da ARI e construiu uma trajetória marcada pela valorização da atividade jornalística como instrumento de cidadania.



Colunista do JC, jornalista Affonso Ritter foi um dos homenageados



Medalha Alberto André reconhece trajetória de jornalistas gaúchos